

Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



Experiências de Combate à Exploração Sexual Comercial no Brasil

ANTECEDENTES

A exploração sexual de crianças e adolescentes é definida como uma violência sexual realizada nas relações de produção e mercado, por meio da venda dos serviços sexuais dos mesmos. Essa prática tem como determinantes a violência estrutural e a violência social e interpessoal. A evolução desse problema na América Latina está preocupando a todos os segmentos da sociedade articulados com a luta pelos direitos humanos, especialmente os que atuam na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. O diversificado conjunto de causas e conseqüências desse problema ainda requer estudo e esforço de compreensão para instrumentalizar de forma mais eficaz o combate a estas formas de exploração sexual comercial.

A crise sócio-econômica brasileira tem provocado uma série de disfunções sociais, como a pobreza e a desagregação familiar. Como conseqüência, crianças e adolescentes são inseridos prematuramente no mercado

informal de trabalho, sendo esta uma das facetas mais perversas da desigualdade sócio-econômica do país. Muitas dessas crianças, vítimas da violência doméstica, são obrigadas a garantir seu próprio sustento e/ou de sua família (quase sempre numerosa), enfrentando a discriminação social, o consumo e tráfico de drogas e a exploração sexual, com perdas de valores culturais, morais e sociais e com conseqüências nefastas para o seu desenvolvimento físico e mental.

No Brasil, a exploração sexual de crianças e adolescentes é um “fenômeno em expansão”. Estimativas indicam que cerca de 500.000 crianças, na faixa etária de 9-17 anos, são exploradas sexualmente no país¹. A maioria reside em centros urbanos. O problema corresponde a uma ampla gama de variáveis interrelacionadas: desemprego, pobreza, “indústria” do turismo sexual, inaplicabilidade das leis de proteção a crianças e adolescentes, precariedade dos sistemas de educação e de saúde pública e excessiva exploração do sexo por meio da mídia. Estudos recentes revelam que é impossível reverter este quadro se não forem considerados fatores estruturais e culturais subjacentes à questão.

Estudos comprovam que crianças e adolescentes envolvidos no mercado sexual sofrem danos irreparáveis à sua saúde, física e mental, que comprometem seu desenvolvimento e sua vida a curto e a longo prazo. Entre os problemas mais comuns enfrentados estão: gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, repetência e evasão escolar.

Em muitas ocasiões, os agentes do sistema de garantia de direitos não estão preparados para proteger de forma satisfatória essas crianças e adolescentes. Muitas vezes estas crianças são tratadas como criminosos e não como sujeitos cujos direitos tenham sido violados em função de um grave problema sócio-econômico.

Ao longo das décadas 80 e 90 do século XX, o enfrentamento do problema envolveu setores diversos da sociedade e várias ações foram engendradas para garantir os direitos da criança e do adolescente. As ações intensificaram-se e passaram a ser mais conseqüentes e articuladas, especialmente na década de 1990.

Refletindo esse momento, no final da década de 80, no Brasil, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) foi instituído, tendo como objetivo “dar maior organicidade ao movimento de luta pelos direitos da criança, emergente no início da década de 1980 e que agregava uma multiplicidade e heterogeneidade de atores e organizações que propugnavam por mudanças radicais na legislação e nas políticas de atenção a este segmento”.

Este Fórum tinha, até 1997, um secretariado composto por representantes das principais redes de defesa da criança: Pastoral do Menor; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; centrais sindicais e centros de estudos e pesquisas. A principal ação do Fórum DCA foi a luta pela modificação do Código de Menores, buscando assegurar políticas de proteção integral à criança e ao adolescente. Foi significativo o papel do UNICEF no fortalecimento desse Fórum.

A erradicação do trabalho infantil não estava, inicialmente, entre as prioridades de atuação do Fórum DCA. No entanto, no final de 1992, com incentivo do IPEC/OIT, foi introduzido na pauta do Fórum o combate ao trabalho infantil. Em 1996 o Fórum DCA adensou esforços para que fosse aprovado o Projeto de Emenda Constitucional (nº 413/96) que trata da eliminação da permissão de trabalho de crianças de 12 a 14 anos.

Em 1989, a Convenção Universal dos Direitos das Crianças foi aprovada pelas Nações Unidas e definiu os regulamentos para que todas as sociedades incorporassem em sua agenda as crianças e adolescentes como pessoas com direitos a serem observados pelo estado e por suas famílias. O Brasil ratificou esta convenção, que tem como um dos seus pilares o direito das crianças e dos adolescentes de serem “protegidos contra a exploração econômica e de realizar qualquer trabalho que seja perigoso ou interfira em sua educação, ou que seja nocivo para a saúde ou o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social” (Artigo 32).

¹ Segundo dados publicados pelo CECRIA, em 1996.

Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este documento passou a ser uma referência importante para orientar as ações de todos os órgãos, governamentais e não-governamentais, que atuavam em defesa dos direitos da criança e do adolescente. O Fórum DCA envidou esforços para garantir a implementação dos novos preceitos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente a criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a implantação dos Conselhos Tutelares nos municípios, promovendo, assim, a descentralização e municipalização das atenções ao grupo infanto-juvenil.

Na década de 1990, ocorreu uma mudança significativa na atuação do empresariado no âmbito de questões sociais. Houve, no Brasil, uma expansão de fundações empresariais comprometidas com a alteração das condições de vida dos segmentos populacionais mais pobres. Essas mudanças decorreram de um novo contexto mundial e nacional. No plano mundial, temos uma economia globalizada cada vez mais exigente quanto à qualificação dos trabalhadores e dos consumidores. No plano nacional, configurou-se um novo quadro marcado pela redemocratização do Brasil. Ocorreu, então, neste contexto, uma expansão das organizações sociais, que estabeleceram parcerias com o empresariado por meio das fundações filantrópicas criadas.

No âmbito da participação do empresariado na luta contra o trabalho infantil merece destaque também a realização de Fóruns Empresariais sobre o Trabalho Infantil realizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dois outros espaços coletivos de discussão e deliberação sobre os direitos da população infanto-juvenil merecem destaque: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que foi instalado em 16 de dezembro de 1992 e passou a atuar de forma expressiva em diversos estados da federação, e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), instalado em novembro de 1994 com o objetivo de propiciar uma instância articuladora de agentes sociais institucionais envolvidos com políticas e programas destinados a prevenir e erradicar o trabalho infantil.

Em 1993, esforços mais focalizados sobre o problema da exploração sexual infantil comercial começaram a se consolidar. Neste ano, a Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil denunciou, com base nas CPIs do Extermínio de Meninos e Meninas de Rua (1991) e Violência contra a Mulher (1992), a impunidade em relação a todas as formas de violação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, chamando a atenção de entidades governamentais e não-governamentais para a necessidade de mudanças urgentes e profundas no enfrentamento desse problema.

Após a realização desta CPI, esta questão só pôde ser retomada em 1995, quando o CEDECA-BA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Bahia) realizou o Seminário “Exploração e Abuso sexual de Crianças e Adolescentes nas Metrôpoles do Nordeste: Estudos e Propostas”

O principal objetivo deste seminário era permitir o intercâmbio de experiências entre entidades de Salvador-BA, Recife-PE e Fortaleza-CE, que atuassem no combate à exploração e ao abuso sexual, para buscar alternativas que orientassem o trabalho dessas entidades e mobilizassem a sociedade contra a impunidade. O Seminário foi estruturado a partir da apresentação de painéis com dados sobre o tema nas três cidades, sendo que também foram ministradas oficinas e realizados debates dos chamados grupos paralelos: o grupo de especialistas e o grupo de cooperação internacional. Esses grupos apresentaram propostas que foram sistematizadas ao final do evento, como indicativas de políticas públicas e também como pauta de mobilização e atuação de diversos setores da sociedade.

Ainda em 1995, o CEDECA - BA lançou, em Salvador, uma campanha contra a prostituição de menores intitulada “Campanha Nacional contra a Exploração Infanto-Juvenil”, em parceria com o UNICEF e a Polícia Militar do estado. A campanha contou com a participação de artistas de renome nacional (Caetano Veloso, Gilberto Gil, Daniela Mercury e Renato Aragão), que não cobraram cachê pela participação nas peças publicitárias feitas para TV e rádio.

Foram também elaboradas peças para revistas e jornais bem como cartazes. Os cartazes foram afixados em postos de gasolina, motéis e barreiras de fiscalização fazendária com o intuito de atingir principalmente os caminho-

Expansão das
fundações
empresariais
comprometidas
com as
condições de
vida dos mais
pobres

neiros que, segundo pesquisas realizadas por entidades de defesa da criança e do adolescente, são responsáveis pelo transporte ilegal de menores do Norte e Nordeste para casas de prostituição de outras regiões do País.

A agência publicitária que elaborou as peças - Engenho Novo - também não cobrou pelo trabalho de criação, apenas pelo custo de produção. A adaptação das peças contou com o apoio do Ministério da Justiça e foi paga integralmente pelo UNICEF. A veiculação na TV utilizou o horário gratuito destinado ao governo. Essa campanha foi, posteriormente, continuada e ampliada pela EMBRATUR.

Em 1996, no período de 16 a 20 de abril, o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) realizou, com apoio da OIT, UNICEF, UNESCO, Comunidade Européia, organizações governamentais e não-governamentais, o "I Seminário contra a Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes nas Américas", em Brasília, contribuindo para a mobilização social. O objetivo principal do Seminário era a preparação para o Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças (Estocolmo - Suécia, 27 a 31 de agosto de 1996).

Este seminário foi bastante significativo e teve amplo alcance, pois conseguiu envolver diversas entidades representativas no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, grupos empresariais, bem como representantes da Embaixada dos Países Baixos, do Governo do Distrito Federal, e diversos ministérios - Educação, Saúde e Cultura, Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Previdência e Assistência - e ainda, no âmbito do Governo Federal, a Caixa Econômica Federal. Atuaram também na realização do seminário, como apoio, mais de trinta entidades nacionais e internacionais relacionadas à luta pelos direitos da criança e do adolescente.

O Seminário estruturou-se a partir da apresentação de painéis com trabalhos relevantes sobre o tema e da realização de oficinas. Um importante texto foi elaborado neste seminário, a "Carta de Brasília". Os textos apresentados, bem como a "Carta de Brasília", foram publicados nos Anais do seminário, que se constituiu como importante material bibliográfico sobre a questão.

Na "Carta de Brasília", documento que foi apresentado no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças, realizado em Estocolmo, em agosto de 1996, pelo Governo da Suécia, com apoio de ONGs e organismos internacionais, inclusive da OIT, constam os objetivos do seminário, denúncias, recomendações e propostas para o enfrentamento da violência sexual sofrida pela população infanto-juvenil. A partir das recomendações e propostas do Seminário, várias ONGs articularam uma rede de informações e de ações para tratar da questão.

Como um desdobramento destas ações, em 1997 foi realizada a II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa conferência tinha como eixo temático a responsabilidade de órgãos governamentais e não-governamentais na prevenção e repressão à exploração sexual e à violência contra crianças e adolescentes.

Estiveram presentes mais de 600 delegados de municípios e estados. A mobilização para a realização desta conferência atingiu um número significativo de agentes sociais relacionados ao tema do trabalho infantil, pois, como anterior preparação para a Conferência, foram realizadas conferências municipais e estaduais que indicaram propostas e prioridades a serem apresentadas e discutidas na Conferência Nacional.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) lançou, em fevereiro de 1997, ampla campanha nacional contra o turismo sexual de crianças, dando continuidade à campanha realizada anteriormente pelo CEDECA - BA.

Outro desdobramento das mobilizações nacionais provocadas pelo Congresso Mundial de Estocolmo foi a constituição, também em 1997, da Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (RECRIA), que se constituiu como uma articulação de Bancos de Dados da sociedade civil acolhida pelo Ministério da Justiça com apoio do UNICEF e do IPEC. A RECRIA tem como objetivo servir de suporte para bancos de dados a serem construídos regionalmente. Atualmente, a RECRIA opera com uma única base, o Banco de Dados do CECRIA, que foi implantado em parceria com o Ministério da Justiça e o UNICEF.

Na mesma época, o CECRIA promoveu, em Brasília uma “Oficina de Indicadores de Violência Intra-Familiar e de Exploração Sexual Comercial de Crianças”, com o apoio do SESI, MPAS/SAS, secretaria da Saúde/GDF, EMBRATUR, Fundação CDL de Amparo ao Menor/DF, UNICEF e Visão Mundial.

Várias entidades representativas participaram desta oficina, entre elas, o IPEC/OIT, o CEDECA-BA, a UFRGS, a UnB, BICE/Uruguai. O objetivo da oficina era “aprofundar a discussão sobre os principais conceitos relativos à violência intra-familiar, à violência sócio-institucional e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes”, buscando maior exatidão em sua definição para, então, traçar caminhos metodológicos que permitam um diagnóstico mais claro da questão, facilitando a organização de bancos de dados sobre a temática. Foram apresentados trabalhos elaborados por diversos pesquisadores.

O próximo passo importante no que tange ao combate à exploração sexual infantil foi dado em junho de 1999, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção 182, na qual delibera sobre as piores formas de trabalho infantil, entre as quais destaca “a utilização, procura e oferta de crianças para fins de prostituição, de produção de material ou espetáculos pornográficos”, em seu Artigo 3. Essa convenção, que define criança como toda pessoa menor de 18 anos, foi aprovada em um tempo recorde por 100 países do mundo, incluindo o Brasil.

O Brasil ratificou, em 02 de fevereiro de 2000, a Convenção 182 da OIT, que dispõe, dentre outras questões, sobre a prostituição como uma das piores formas de trabalho infantil. Desde então, o Governo Brasileiro tem adotado medidas que refletem as suas disposições e orientações contidas na Recomendação 190 da OIT.

Como uma das ações derivadas da ratificação da Convenção 182 da OIT, o Governo Brasileiro, pelo Decreto N° 3.637, de 20 de outubro de 2000, instituiu a Rede Nacional de Direitos Humanos (RNDH) como instrumento para implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), destinada a sistematizar e difundir experiências voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos, desenvolvidas por iniciativa do Poder Público ou de organizações da sociedade, e monitorar, em âmbito nacional, a ocorrência de violações desses direitos. A RNDH tem como subsistemas: a) o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência; b) a Rede Nacional de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (RECRIA); c) o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência e d) o Sistema Nacional de Informação para Gestão Integrada em Direitos Humanos.

Vale acrescentar que o IPEC/OIT iniciou uma parceria no ano 2000 com o Ministério da Justiça, oferecendo apoio técnico à criação de Rede Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças. No âmbito dessa parceria com o Ministério da Justiça, o IPEC apoiou a realização de um seminário no Nordeste sobre o assunto, em maio de 2000, sendo que o objetivo deste seminário era discutir uma proposta de Plano Nacional de enfrentamento à questão.

Como consequência deste e de outros seminários realizados em outras regiões do país com o mesmo objetivo, foi elaborado, em junho de 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A consolidação deste plano refletiu a forte articulação e mobilização da sociedade brasileira em torno da questão da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, uma vez que o mesmo contou com as contribuições de mais de 120 organizações envolvidas com o tema.

O plano foi apresentado e deliberado pelo CONANDA em sua assembléia ordinária de 12 de julho de 2000, constituindo-se como diretriz nacional para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano apresenta um quadro operativo estruturado em seis eixos estratégicos: 1) Análise da Situação; 2) Mobilização e Articulação; 3) Defesa e Responsabilidade; 4) Atendimento; 5) Prevenção; e 6) Protagonismo. Trata-se, portanto, de um documento legitimado e de referência para orientar as ações públicas, nos níveis federal, estadual e municipal.

O IPEC/OIT, ao longo desses dez anos de atuação no Brasil, vem apoiando iniciativas de intervenção no problema do trabalho infantil, buscando erradicá-lo principalmente em suas piores formas, conforme definido na Convenção

Em 2000 foi criada a Rede Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças

182 da OIT. Nesse sentido, tem selecionado projetos que apresentem uma inovação metodológica no tratamento do problema e representem experiências que possam servir de modelo para as ações de combate ao trabalho infantil, em suas diversas manifestações.

A CONTRIBUIÇÃO DO IPEC NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O IPEC/OIT estabeleceu como prioridade na luta contra o trabalho infantil a erradicação das denominadas “formas intoleráveis de trabalho infantil”, descritas na Convenção 182. Dentre essas formas, inclui-se a exploração sexual comercial. Uma das prioridades da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no marco do trabalho decente, é, portanto, a promoção e implementação da Convenção 182, que prevê proibição e ação imediata para a erradicação das piores formas de trabalho infantil.

A recomendação 190, que acompanha esta convenção, dispõe que “os países-membros deveriam velar para que sanções sejam impostas, inclusive de natureza penal, conforme o caso, a violações de disposições nacionais sobre a proibição e eliminação de qualquer dos tipos de trabalho referidos no Artigo 3º. (d) da Convenção.” Entretanto, a despeito do enorme esforço já empreendido, em geral, constatam-se enormes vazios na área legislativa para assegurar os necessários procedimentos legais, sobretudo nos setores nos quais o trabalho infantil é invisível e, conseqüentemente, mais perigoso.

Mesmo antes do estabelecimento formal desta prioridade, o IPEC/OIT já tinha como objetivo claro a necessidade de atuar sobre as formas mais intoleráveis de trabalho infantil. Sendo assim, com o intuito de concretizar seus objetivos, o IPEC/OIT, ao longo da última década, realizou um conjunto de ações para auxiliar na eliminação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no país, apoiando organizações governamentais e não-governamentais na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de Programas de Ação voltados para este problema.

Foram apoiados projetos-piloto de atendimento direto a crianças e desenvolvimento de metodologias de intervenção, implementados por organizações de empregadores (Confederação Nacional da Indústria - CNI / Serviço Social da Indústria - SESI / Serviço Nacional de Aprendizado da Indústria - SENAI), por um governo estadual (Fundação de Promoção Social do Mato Grosso – PROSOL) e também por centros de estudos e pesquisas da área (CECRIA, CEDECA). Esses projetos buscavam atender tanto a criança quanto a sua família, uma vez que o principal fator que leva a criança e o adolescente à situação de exploração comercial — dentre os diversos e complexos que estão na base desse problema — é a forma como está estruturada a sua família de origem, em seus aspectos econômicos e sociais.

Sendo assim, além das ações já destacadas, que contaram com o apoio do IPEC/OIT, foram desenvolvidos, desde 1996, um programa de ação com a CNI, dois programas de ação com a PROSOL, sendo que estão em andamento mais dois programas de ação na área: um sobre Exploração Sexual Comercial Infantil (ESCI) na Fronteira Brasil/Paraguai e outro sobre tráfico de mulheres no Norte do país, em parceria com o CECRIA. Esses programas atuais já se desdobraram em outros projetos, que estão sendo atualmente desenvolvidos ou estão em fase de implantação.

Para 2003, está prevista a elaboração de um Programa de Ação do Norte do País a partir dos resultados da pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes realizada naquela região pelo CECRIA, em conjunto com o IPEC/OIT, bem como a partir dos resultados positivos alcançados no âmbito do projeto de combate à exploração sexual comercial infantil na fronteira Brasil/Paraguai. A seguir, encontra-se uma descrição detalhada de cada um destes programas de ação.

Existem vazios
na área
legislativa
quanto aos
procedimentos
legais para o
combate ao
trabalho infantil

A Atuação da CNI/SESI/SENAI

Em agosto de 1996 a CNI deu início a uma série de atividades na área da exploração sexual infantil, por meio de um acordo assinado com o IPEC/OIT, referente à implementação do programa de ação intitulado “Atendimento a Crianças e suas Famílias em Situação de Risco de Prostituição Infantil”.

Este projeto foi desenvolvido na Região Nordeste (nas cidades de Recife-PE e Salvador-BA), que se destaca no quadro da exploração sexual infantil por possuir um dos piores níveis de qualidade de vida do mundo, concentrando 45 milhões de pessoas (28% da população total do país), dentre as quais 10,7 milhões vivem em situação de pobreza (com menos de US\$ 1.6 por dia) e apresentando perspectiva de vida inferior à média brasileira (65 anos), segundo dados do Censo de 2000 do IBGE.²

Neste contexto, o fenômeno da prostituição infanto-juvenil tem-se expandido, especialmente sustentado pela indústria de turismo que tem, como uma de suas faces perversas, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, configurando o que se convencionou denominar de “turismo sexual”.

O Projeto teve duração de dois anos (de agosto de 1996 a julho de 1998) e seu objetivo era desenvolver dois projetos-piloto de atendimento a crianças e seus familiares em situação de risco nos Estados da Bahia e Pernambuco, com atenção integral nas áreas de saúde preventiva, iniciação e formação profissional, associativismo, programas de geração de renda e educação formal.

A metodologia do projeto baseava-se na intervenção nas comunidades escolhidas para a execução das atividades previstas em articulação com organizações não-governamentais, tendo como princípio que “o indivíduo é sujeito de sua própria evolução e de sua promoção social”, percebendo o indivíduo como ser global, inserido no contexto familiar e social.

Foram escolhidas duas organizações não-governamentais para atuarem em parceria com o SESI/SENAI no desenvolvimento do projeto na Bahia e em Pernambuco: ACOPAMEC/BA (Associação Comunitária das Paróquias de Mata Escura e Calabetão), ONG de cunho religioso, apoiada pela Igreja Católica, atuante nas comunidades de Mata Escura e Calabetão; e a CAS/PE (Cruzada de Ação Social), que tem cunho de representação social, pois estava ligada à primeira dama do estado no momento de desenvolvimento do projeto e trabalhava com crianças e adolescentes em situação de risco em três bairros de Recife.

Por meio deste programa foram realizadas oficinas de teatro popular em Salvador – BA, em 1997 e 1998, com 50 (cinquenta) alunos entre 12 e 18 anos, divididos em três turmas. A metodologia foi baseada no construtivismo participativo e no teatro popular de arena.

Foram também desenvolvidas quatro oficinas de lazer em Recife e Salvador e cursos profissionalizantes na áreas de panificação e costura industrial. Cada curso contava com quatro professores de apoio, sendo que um deles oferecia uma disciplina básica, um se dedicava a dar aulas de Português e Matemática, outro abordava a formação humana e um quarto se dedicava a repassar noções básicas de Organização Empresarial.

Para a realização dos cursos profissionalizantes foram elaboradas duas cartilhas: uma referente ao curso de costura industrial e outra ao de panificação. Essas cartilhas foram distribuídas gratuitamente entre os participantes dos cursos.

A experiência com o teatro popular resultou na montagem de um espetáculo com os participantes da oficina e na elaboração de um conjunto de textos, trazendo depoimentos das crianças e adolescentes envolvidos no projeto. Segundo esses depoimentos, a experiência com o grupo de teatro popular permitiu um acesso maior à cultura, muito difícil nas áreas em que o projeto atuou, e despertou, em algumas crianças e adolescentes, o desejo de continuar os estudos na área de teatro.

*“O indivíduo
é sujeito de
sua própria
evolução e
de sua
promoção
social”*

² Fonte: “Desenvolvimento Rural e Alívio da Pobreza no Nordeste do Brasil”, de Luis Coirolo e Túlio Barbosa. In: Em Breve, Out 2002, No 11.

Uma vez terminado este programa de ação, não foram verificados desdobramentos posteriores. Na verdade, a própria agência implementadora percebeu que sua vocação estava mesmo ligada à profissionalização de jovens adultos e não ao trabalho com crianças em situação de risco.

Apesar da descontinuidade e da falta de indicadores que permitissem avaliar melhor o programa de ação em questão, este programa teve o mérito de fazer com que o IPEC/OIT definisse mais claramente qual era o perfil institucional ideal que deveria ser levado em conta no momento de apreciar as propostas de trabalho nesta área.

Este aprendizado foi de grande importância na seleção de futuras entidades parceiras no desenvolvimento de ações na área.

A Parceria com a PROSOL

O IPEC/OIT teve a oportunidade de desenvolver dois programas de ação em parceria com a Fundação de Promoção Social do Governo de Mato Grosso (PROSOL). O primeiro programa foi desenvolvido entre os anos de 1996 e 1998, e o segundo desdobrou-se pelos anos de 1999, 2000 e 2001.

Eliminação da Prostituição Infantil no Estado de Mato Grosso: Projeto Menina Esperança

O principal objetivo do primeiro programa de ação desenvolvido com a PROSOL era propor e desenvolver políticas de intervenção social para eliminar a prostituição infantil no Estado a partir de ações integradas e da mobilização da sociedade civil.

Para atingir esse objetivo mais amplo, o programa propunha: a) a elaboração de estudos específicos em áreas de atuação do programa em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso; b) a divulgação de informações sobre a prostituição infantil e seus mecanismos de prevenção através dos meios de comunicação de massa; c) a articulação das atividades das instituições governamentais e das instituições colaboradoras em programas conjuntos de prevenção e eliminação da prostituição infantil; e d) a identificação e formulação de leis complementares ao ECA para o estabelecimento de uma política de intervenção do governo e da sociedade civil para eliminar a prostituição infantil no Estado.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Programa contou com a parceria de instituições como o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA/MT); a Comissão Interestadual da Região Centro-Oeste de Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; as Pastorais do Menor e da Criança; a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); os Conselhos Tutelares e de Direitos; a Promotoria Pública; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção Mato Grosso; a Secretaria Estadual e Municipal de Educação; a Secretaria Estadual e Municipal de Justiça; a Secretaria Estadual e Municipal de Saúde e a Secretaria Estadual e Municipal de Segurança Pública.

Em 1996, foram ministrados quatro cursos de capacitação para técnicos do PROSOL, ONGs, Polícia Militar e Educadores, a fim de instrumentalizar esses grupos para que eles pudessem atuar de forma conseqüente como parceiros do PROSOL na implantação do Programa de Ação.

Também em 1996, foi realizado um curso sobre a problemática infantil para técnicos de educação e sociedade civil. Este curso atingiu 50 (cinquenta) pessoas. Os instrutores foram professoras da UNIC (Universidade de Cuiabá) em parceria com o PROSOL. Esses cursos foram importantes na mobilização da sociedade e na instrumentalização dos atores sociais envolvidos no problema.

Uma representante da PROSOL participou do I Seminário contra Exploração Sexual da Criança e Adolescente nas Américas, realizado em Brasília/DF, anteriormente citado, bem como participou de um Curso Treinamento ofereci-

do pela ONG Partners of América para integrantes de organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Ao voltar para Mato Grosso, esse curso foi transmitido para vinte pessoas envolvidas nas ações da PROSOL

Ainda no mesmo ano foi realizado o “I Workshop de Combate a Exploração Sexual de Criança e Adolescente”, com o apoio do CECRIA-DF, UFMT, Pastoral do Menor, Conselho Tutelar Cuiabá/V. Grande, MNMMR, CIFICA, Cons. Mulher, Obra Kolpin/MT, SECOM, Secretaria de Justiça e Cidadania, SEDUC/CAICA, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança e Polícia Militar. Foram realizadas palestras e também foi apresentado o Projeto Eliminação da Prostituição Infantil/MT (Menina Esperança). O objetivo do workshop era proporcionar a oportunidade para a sociedade discutir e apresentar sugestões e propostas para a problemática da exploração.

Já em 1997, decorrente de uma iniciativa da Secretaria de Promoção Social do Estado de Mato Grosso, em conjunto com a OIT e com a Universidade Federal do Mato Grosso, foi desenvolvida uma pesquisa intitulada “Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado do Mato Grosso”.

A pesquisa englobou dez cidades do estado de Mato Grosso, coletando farto material que foi posteriormente sistematizado e analisado: Santo Antônio do Leverger, Poconé, Chapada dos Guimarães, Cáceres, Peixoto de Azevedo, Matupá, Rondonópolis, Várzea Grande e a capital do estado, Cuiabá. A escolha dos municípios acima listados teve como critério a importância econômica e geográfica dessas cidades.

O procedimento metodológico incluiu, inicialmente, uma pesquisa histórica que levantou dados sobre a questão da exploração sexual infanto-juvenil no Brasil e no estado de Mato Grosso, bem como um levantamento da história de cada cidade pesquisada. Em seguida, processou-se uma pesquisa bibliográfica na imprensa escrita sobre as matérias que abordavam o tema nos anos de 1995, 1996 e 1997. Foi também realizada uma pesquisa documental, por meio da qual foi possível fazer um inventário das denúncias de exploração sexual nas Delegacias da Criança e do Adolescente, nos municípios pesquisados, bem como nos Conselhos Tutelares de cada região.

A pesquisa ainda elaborou uma listagem das organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com a criança e o adolescente explorados sexualmente e realizou entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuavam junto às vítimas da exploração sexual comercial infantil (ESCI). Como último procedimento metodológico foi feita uma observação sistemática e elaborado um diário de campo.

Como resultado da pesquisa, foi levantado um material amplo e diversificado sobre o problema no estado de Mato Grosso. Há também um número significativo de depoimentos que trazem informações importantes para o pleno conhecimento do problema na região.

Sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, não havia a possibilidade de auferir números a partir dos dados levantados. De qualquer forma, a pesquisa abriu um campo para que esses números, importantes para subsidiar ações do Governo na erradicação das piores formas de trabalho infantil, pudessem ser levantados por pesquisas quantitativas que poderiam ser realizadas *a posteriori*.

Seguindo seu curso de ações, em dezembro de 1997 o programa lançou a “Campanha contra a Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Mato Grosso”. Como parte desta campanha, foi produzida uma cartilha intitulada “A Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil” com a tiragem de 4.000 exemplares.

Esta cartilha tinha como objetivo oferecer subsídios para as discussões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. A cartilha tinha como público-alvo agentes envolvidos no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e também o público infanto-juvenil, o que fica claro na linguagem utilizada e também na presença de ilustrações que tornam o texto bastante didático.

Já em 1998, registrou-se a participação de um representante do programa de ação no “I Seminário da Região Centro-Oeste de Combate à Violência e Exploração Sexual Criança/Adolescente”, que foi realizado em Campo Gran-

O Projeto
Menina
Esperança foi
apresentado
em 1996 no
“Workshop
de Combate
a Exploração
Sexual de
Criança e
Adolescente”

O projeto tinha como objetivo diminuir em 20% as crianças e adolescentes em risco de exploração sexual, trabalho insalubre e abandono

de – MS e contou com a presença de 50 participantes. Neste seminário, a PROSOL lançou a Campanha contra a Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Mato Grosso, para a qual foi produzido um amplo e diversificado material como *folders*, uma cartilha e cartazes.

Um ano após a realização deste I Seminário, teve lugar, em Cuiabá, o “II Encontro da Região Centro-Oeste contra a Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil”. Este evento foi promovido pela PROSOL em parceria com a Comissão Interestadual da Região Centro-Oeste contra Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Houve significativa participação de representantes de órgãos governamentais e não-governamentais.

Também em 1999, a partir da identificação por meio das entidades relacionadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente, de deficiência na atuação dos Conselhos Tutelares no estado de Mato Grosso sobre questões de aplicabilidade e conhecimento do alcance de instrumentos legais, foi proposto um estudo para suprir essa lacuna.

Foi então realizada uma pesquisa para subsidiar a elaboração de material instrucional direcionado aos Conselheiros sobre os instrumentos legais existentes e os mecanismos de aplicabilidade da Lei. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a secretaria de Justiça e Cidadania do estado de Mato Grosso, e teve como título “Estudo Jurídico sobre a Aplicabilidade do ECA relacionado com a Violência Doméstica e Exploração Sexual”.

O objetivo geral do estudo era aparelhar os recursos humanos dos Conselhos Tutelares e de Direitos na aplicação da Lei e nos mecanismos com que conta o Estado para fazer cumprir a mesma, a partir da elaboração de um guia prático de aplicação da Lei, destinado aos Conselheiros.

Como produtos desse estudo, foram publicadas 1.500 exemplares do “Guia para os Conselheiros”, distribuídos para os 90 conselhos municipais de MT e para 26 CEDECAs estaduais. Foram ainda realizados 4 *workshops* para a construção do conhecimento que fundamentou a elaboração do guia, com a participação de 90 conselheiros, juízes e promotores públicos.

Vale acrescentar que as ações deste programa de ação estavam estreitamente articuladas com as atividades do Projeto “Irmão Sol, Irmã Lua”. Trata-se de um projeto desenvolvido por educadores, assistentes sociais e psicólogos que foi, inicialmente, implantado em Cuiabá em 1995. A partir de 1996, este projeto foi incorporado ao programa de ação Menina Esperança e ampliado para 42 municípios do estado: Alta Floresta, Cáceres, Proxoró, Peixoto de Azevedo, Matupá, Barra do Garça, Poconé, Rondonópolis, Juara, Marcelândia, Várzea Grande, Dom Aquino, Diamantino, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Jauru, Santo Antônio do Leverger, Confresa, Chapada dos Guimarães, Sinop, São Pedro da Cipa, Nova Maringá, Vila Bela da S. Trindade, Nova Olímpia, Lambari D’Oeste, Nova Mutum, Contriguaçu, Feliz Natal, Vera, Torixoré, Luciara, Tesouro, Indavaí, Juruena, União do Sul, Nova Bandeirantes, Brasnorte, Salto do Céu, Glória do Oeste, Nova Marilândia, São Félix do Araguaia.

Em cada um desses municípios o projeto tinha como objetivo diminuir em 20% o número de crianças e adolescentes em risco de exploração sexual, trabalho infantil insalubre (agrotóxicos) e em situação de abandono.

O projeto contribuiu de forma substancial e participativa na retirada de crianças e adolescentes carentes das ruas, reintegrando-os às famílias e à sociedade e garantindo-lhes educação, atendimento de saúde e lazer. No ano de sua implantação – 1995 – foram atendidos 262 menores. Até 2001, foram beneficiários diretos do Projeto mais de 1.000 crianças e adolescentes e suas famílias.

Constituição de Dez Comissões Permanentes pelo Fim da Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil no Estado do Mato Grosso.

Em outubro de 1999, um segundo programa de ação foi negociado e aprovado, tendo como objetivo contribuir para a erradicação e prevenção da violência doméstica, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nas

áreas de garimpo, turismo ecológico e atividades rurais de 10 (dez) municípios do estado do Mato Grosso: Barra do Garça, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuibá, Matupá, Peixoto de Azevedo, Poconé, Rondonópolis, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

Para efetivar esse objetivo, o Programa priorizou o fortalecimento do processo de constituição de Comissões Permanentes pelo Fim da Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil nesses municípios.

Em julho de 2000, houve um redimensionamento do programa em função do aumento expressivo das bolsas concedidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal. Com esse fortalecimento do PETI, as Comissões Permanentes pelo Fim da Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil no Estado do Mato Grosso ficaram subsumidas nas Comissões Permanentes de Combate ao Trabalho Infantil (CPCTI), cuja constituição é uma exigência do próprio PETI. Sendo assim, a questão da exploração sexual passaria a ser tratada no seio de um Grupo de Trabalho (GT) localizado dentro das CPCTIs.

Já tendo se apropriado desta nova forma de organização dos grupos de trabalho, o programa de ação realizou um seminário estadual em maio de 2001 para avaliar os impactos dos resultados alcançados em cada município e elaborar um Plano de Ação a ser desenvolvido sistematicamente no estado para combater a exploração sexual infanto-juvenil e garantir todos os direitos da criança e do adolescente.

Foram realizadas ainda campanhas educativas com distribuição de material informativo sobre o tema a partir da elaboração dos seguintes folhetos: “Conselho Tutelar o que é”; “Denuncie a violência e a exploração sexual infanto-juvenil” e “Declaração Universal dos direitos das crianças - 10 artigos”. Foi também produzida uma camiseta com os dizeres: “Denuncie a violência e a exploração sexual infanto-juvenil”.

As famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e abuso e exploração sexual foram visitadas por diversos profissionais envolvidos no projeto para conscientização e acompanhamento acerca do modo como deveriam ser tratados as crianças e adolescentes retirados da situação de exploração e reintegrados às suas famílias. Essas ações de retirada e reintegração eram ambas de incumbência dos Conselhos Tutelares e de Direitos Municipais. Essas ações promoveram uma maior conscientização das famílias em relação ao problema enfrentado e mobilizaram a sociedade sobre a gravidade da questão.

Houve também uma significativa mobilização da sociedade, que buscou de forma articulada ações para o enfrentamento do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no estado. Os eventos foram amplamente cobertos pela mídia impressa no estado.

Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual: a parceria do IPEC com o CECRIA

Este programa de ação constitui-se na realização de uma ampla pesquisa sobre o tema supracitado na Região Norte do Brasil. Esta pesquisa é parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em âmbito nacional e internacional, para conhecer o problema do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial na América Latina e Caribe.

A nível internacional a pesquisa é coordenada por um grupo de instituições, entre as quais o Instituto Internacional de Leis sobre Direitos Humanos, da Faculdade de Direito do De Paul College (Chicago), a Comissão Interamericana de Mulheres (OEA) e o Instituto Interamericano del Niño (OEA).

Inicialmente, a pesquisa foi realizada em 8 (oito) países da América Latina e Caribe, por meio de parcerias com organizações não governamentais que tinham experiência e conhecimento e trabalhavam articuladas com diversos setores da sociedade e do Governo no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O projeto promoveu a conscientização das famílias e mobilizou a sociedade sobre a gravidade da questão

Existe uma rede de tráfico humano na região, mas não se conhece as rotas e os procedimentos

Na região norte do Brasil a pesquisa foi realizada pelo Centro de referência, estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), em conjunto com o Movimento República de Emaús – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e com o Grupo de Trabalho Regional TXAI – Coordenação Regional, com apoio técnico e financeiro do IPEC.

O objetivo geral da pesquisa era levantar dados e informações sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, numa perspectiva social, jurídica, econômica e política. Esses dados, uma vez coletados e sistematizados, iriam subsidiar a formulação de ações que propiciem a resolução das situações internas que favoreçam as condições que geram ou aumentam o problema do tráfico para fins de exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes.

Os resultados da pesquisa mostraram que de fato existe uma rede de tráfico humano na região, sem que tenha sido possível detalhar as rotas e os procedimentos usuais desta atividade. A pesquisa empreendida serviu mais como uma primeira aproximação que permitirá a elaboração de estudos mais acurados, capazes de subsidiar políticas claras de combate a esta situação.

Esta pesquisa já tem dois desdobramentos possíveis em seu horizonte. O primeiro é um Programa de Ação Direta na região Norte, em fase inicial de elaboração e levantamento de possíveis parceiros, e o segundo, um acordo de cooperação que está sendo negociado entre o governo venezuelano e o governo brasileiro para resolver o problema da prostituição infantil na fronteira, abaixo descrito de forma mais detalhada.

Em maio de 2002, em decorrência dos resultados alcançados pela pesquisa e constatações feitas, o governo do Estado de Roraima em conjunto com o Consulado da República Bolivariana da Venezuela, em Boa Vista, dirigiram um convite aos órgãos do Governo Federal para uma visita à região com o objetivo de discutir propostas de combate ao tráfico denunciado.

Foram realizadas duas Reuniões de Trabalho, em junho de 2002, com os diversos órgãos brasileiros e venezuelanos, com a presença de representantes, pelo lado brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, da Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, das Secretarias de Trabalho e Assistência, Justiça e Segurança Pública do Estado de Roraima, do Ministério Público do Estado de Roraima, do Conselho Estadual de Assistência Social de Roraima, da Prefeitura Municipal de Pacaraima e da Prefeitura Municipal de Rorainópolis. Representando o lado venezuelano, estiveram presentes os Comandantes da Guarda Nacional e da Guarda Estadual em Santa Helena do Uairén, o Conselho dos Direitos e de Proteção da Criança de Santa Helena e o Consulado Venezuelano em Boa Vista, Roraima.

Neste encontro, foi apresentada a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres em Roraima. As autoridades locais dos municípios de Pacaraima e Rorainópolis e Santa Helena do Uairén apresentaram dados acerca da questão, tendo em seguida sido realizado um levantamento das propostas com vistas à elaboração de um Projeto de Plano Regional de Enfrentamento à Violência Sexual Infante Juvenil, bem como ao Tráfico de Mulheres e Crianças.

Em decorrência da realidade apresentada pelas autoridades locais, as partes elaboraram um Plano Regional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante – Juvenil. Esse Plano tem como objetivo o estabelecimento de um conjunto de ações articuladas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na região. Os objetivos específicos são:

- Realizar investigação científica visando compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento da violência e tráfico de crianças e adolescentes.
- Garantir o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência e tráfico.
- Promover ações de prevenção, articulação e mobilização, visando o fim da violência e tráfico.
- Fortalecer o sistema de defesa e de responsabilização.
- Fortalecer o protagonismo Infante-Juvenil.

Programa Bi-nacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Zona de Fronteira Brasil/Paraguai (Ciudad del Este e Foz do Iguazu)

Em setembro de 2001, com financiamento do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, a OIT/IPEC iniciou a implementação do Programa Binacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na zona de Fronteira Brasil/Paraguai (Ciudad del Este e Foz de Iguazu). Considerando o problema da tríplice fronteira, a partir de agosto de 2002 foram incorporadas a seus objetivos ações na Argentina, especificamente em Puerto Iguazu.

A escolha de Foz de Iguazu, que tem uma população de 270.000 habitantes³, deve-se a sua localização na fronteira com o Paraguai e Argentina, área conhecida como tríplice fronteira e à existência de problemas graves na região no que concerne à questão pesquisada. Trata-se de um programa de cooperação técnica binacional, o que faz como que as atividades ocorram simultaneamente nos três países. O término deste Programa está previsto para agosto de 2004 e são esperados os seguintes resultados:

- identificação dos vazios nos sistemas legais existentes. Serão incorporadas as recomendações para uma legislação apropriada à proteção das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente. Haverá uma harmonização legislativa e serão tomadas as medidas urgentes e relevantes pelas autoridades de cada país.
- Disponibilidade para uso na formulação e planejamento de intervenções públicas na área, de informações confiáveis e relevantes relacionadas a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, incluindo possíveis redes de tráfico;
- Fortalecimento de instituições públicas, privadas, governamentais e não-governamentais na sua capacidade de formular e implementar ações para a eliminação de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Adoção de políticas nacionais, locais e trinacionais para a eliminação dessa forma de exploração.
- 1.000 crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial serão retirados dessa atividade perigosa e receberão atenção bio-psico-social, educacional, vocacional e jurídica; 400 famílias receberão capacitação para acesso a microcrédito e constituição de microempreendimentos.

Como principais produtos deste programa foram realizadas, até o momento, uma pesquisa, um estudo jurídico, um seminário, bem como foi elaborado um programa de ação que deverá ser implementado em breve.

A Pesquisa “Diagnóstico Rápido da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Foz Do Iguazu”

O objetivo dessa pesquisa foi caracterizar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região de Foz do Iguazu. Adotou-se a metodologia denominada Diagnóstico Rápido⁴, caracterizada por utilizar estratégias diversificadas para coletar dados, a fim de conhecer e compreender uma determinada realidade ou situação social específica em um contexto sócio-cultural particular.

Foram realizadas entrevistas com 27 informantes-chave vinculados a instituições e outros setores ligados ao tema da exploração comercial sexual infanto-juvenil, 21 pais de famílias e 60 crianças e adolescentes encontradas na rua e exploradas sexualmente. A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2002. Os dados foram sistematizados e analisados em maio e junho de 2002. Além das entrevistas semi-estruturadas, foram realizadas observações do contexto envolvendo os sujeitos do estudo.

A partir da análise dos dados pesquisados, foram estabelecidos quatro níveis distintos de atividades de exploração sexual comercial em Foz do Iguazu, níveis que estão interligados pela atividade de exploração sexual comercial, pelo tráfico de drogas e pela presença de aliciadores.

³ Fonte: IBGE, Censo 2000.

⁴ Originalmente esta metodologia foi designada Rapid Assesment, tendo sido desenvolvida por membros da equipe técnica do IPEC em Genebra e técnicos do UNICEF.

Em setembro
de 2001, teve
início o
Programa
Binacional na
Fronteira
Brasil/Paraguai

No Primeiro Nível (denominado Crianças em Risco), encontram-se as crianças e adolescentes com o maior índice de pobreza e de miséria: são aquelas que vendem doces e passam mercadorias contrabandeadas, pedem esmolas e aceitam fazer qualquer coisa a pedido do cliente por pouco dinheiro. Observou-se que neste nível as crianças e os adolescentes são usuários de drogas e participam como “olheiros” (observadores) na rede do tráfico de drogas. Jovens são usados para seduzir meninas nas portas das escolas e o aliciamento ocorre via relação afetiva, ou seja, de um namoro que acaba na rede de exploração sexual. Os pontos de concentração deste nível estão na área central da cidade.

No Segundo Nível (chamado Crianças em Prostituição), encontram-se as crianças e adolescentes que “trabalham” fazendo programas nas ruas (ponto) e repassam drogas. Neste nível a atividade está ligada ao tráfico de drogas diretamente. Muitos conseguem sustentar a família, que geralmente desconhece suas atividades nas ruas. Os pontos de concentração estão também nas áreas centrais, como Av. Brasil, Av. Costa e Silva, Av. República Argentina, entre outras.

No Terceiro Nível (Crianças em Estabelecimentos), as crianças e adolescentes vivem em pequenas casas de prostituição, bares, pousadas e pequenos hotéis, onde também se encontram drogas. Expressa-se com maior evidência na região da CODAPAR, região do CTG Charrua, na BR 277 e na Rua Jorge Shimmelpfeng, como também em bares, lanchonetes, pousadas e casas clandestinas de prostituição nos bairros Porto Meira, Cidade Nova, Morumbi, São Francisco, Três Lagoas e Parque Presidente.

Finalmente, o Quarto Nível (Crianças da Classe Média), é constituído por crianças e adolescentes da classe média, sendo que a exploração sexual comercial se dá via “books fotográficos” ou desfiles para clientes. Não há indício de um local para agenciamento. Existem indicadores de que essas meninas trafiquem drogas para a Europa e tenham seus documentos alterados. Tem como regiões de maior incidência: região da AKLP, Beverly Falls Park, Av. Cataratas e Vila “A”.

Este grupo é recrutado por razões que incluem a necessidade de ganhar dinheiro para a compra de drogas, as promessas de viagem e de entrada em altos círculos de consumo, as promessas de tornarem-se “top models”, a falta de informação sobre os diferentes tipos de recrutamento para prostituição, a necessidade de pagar cursos universitários e, muitas vezes, a simples falta de outras opções promissoras de trabalho.

A partir dos estudos realizados, chegou-se ao seguinte perfil das crianças e adolescentes explorados sexualmente: a) faixa etária predominante – 10 a 17 anos; b) 30% pertencem ao sexo masculino e 70% pertencem ao sexo feminino; c) possuem escolaridade acima da segunda série primária; d) muitos freqüentam a escola (por isso os aliciamentos feitos em frente às escolas); e) a iniciação sexual, muitas vezes, ocorre dentro da própria família.

Quanto às modalidades de aliciamento, percebeu-se que ele se dá de diferentes formas:

- Por meio de colegas mais velhos ou adultos (mendigos, aliciadores);
- Através de convite feito para trabalhar como doméstica, por mulheres donas-de-casa, cabeleireiras, etc;
- Por meio de sedução de jovens na porta da escola que (por via afetiva) namoram meninas que acabam na rede de exploração sexual; e
- Através do turismo (principalmente de argentinos).

Com relação às características de gênero, ainda que o problema afete crianças e adolescentes de ambos os sexos, a experiência acumulada pelo Programa Sentinela em seu trabalho nas ruas demonstra que, como já foi dito, do total de crianças e adolescentes encontrados nas ruas trabalhando na prostituição, aproximadamente 70% são meninas e 30% são meninos.

Por causa do risco de gravidez, as meninas são muito mais vulneráveis, e as promessas de trabalho (agências de modelo e de viagens, trabalho doméstico) são direcionadas especialmente às meninas e adolescentes do sexo femini-

no. Além disso, aproximadamente 70% destas crianças e adolescentes vêm de famílias encabeçadas por mulheres, que por sua vez tendem a trocar de parceiros com frequência, aumentando a probabilidade das meninas serem forçadas a sair de suas casas ou serem abusadas pelos padrastos, particularmente porque algumas mães, para manter seus parceiros, preferem não “acreditar” em suas filhas quando estas comentam o abuso cometido.

A pesquisa relata como principais causas sócio-econômicas desta situação a desigual distribuição de renda verificada na região, a pobreza, a migração, o rápido avanço do processo de urbanização e a debilidade das políticas sociais.

Como principais causas histórico-culturais são relacionadas a visão da criança como um objeto de dominação ou mercadoria, a nova estrutura familiar e suas conseqüências, o consumismo, a ideologia pós-moderna do subjetivismo e do prazer e a cultura da impunidade.

As informações coletadas indicam a existência de redes de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres em Foz do Iguaçu que estão ligadas ao tráfico de drogas, de armas e a grupos vinculados ao crime organizado. Há indicativos de que esta região de fronteira é uma rota importante do tráfico internacional de drogas.

Fatores importantes na formulação e implementação de políticas para eliminar e prevenir a exploração sexual comercial de crianças foram apontados pela pesquisa. As prioridades centram-se em uma política de geração de renda e emprego, educação de qualidade, aumento da ação do governo nos mecanismos de punição dos responsáveis e também de prevenção, ensino profissionalizante e na significativa articulação escola-família-comunidade para a prevenção e reabilitação de crianças e adolescentes vitimadas pela ESCI.

O Estudo Legislativo “A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Legislação Brasileira – Lacunas e Recomendações”

Realizado em março de 2002, este estudo destaca que o Brasil tem assumido uma posição bastante progressista em relação às convenções, acordos, tratados e normas internacionais. No entanto, aponta que o código penal brasileiro requer uma urgente reforma a fim de gerar um ambiente legal efetivamente impeditivo à prática da exploração sexual das crianças e adolescentes.

Como produto do estudo, foi elaborado um texto, contendo uma análise detalhada das leis brasileiras referentes aos direitos da criança e do adolescente e, a partir dessa análise, foi elaborado um conjunto de propostas.

Entre as modificações propostas, o estudo sugere tipificar criminalmente a continuidade da corrupção de menores; agravar as penas aos usuários da prostituição que envolve crianças e adolescentes; implementar a instituição penal pública incondicional para os crimes que têm como vítimas crianças e adolescentes; substituir no art. 231 do código penal brasileiro a expressão “tráfico de mulheres” por “tráfico de pessoas”. Além dessas mudanças, é sugerida também a inclusão da pedofilia no elenco de condutas passíveis de criminalização.

Entendendo os meios de comunicação como um fator importante na exploração sexual de crianças e adolescentes, o estudo propõe mudanças no estatuto da criança e do adolescente referentes à mídia, incluindo anúncios de serviços de sexo, utilização da internet para crimes de exploração sexual, especialmente da pedofilia, e utilização de imagens de crianças e adolescentes nos meios de comunicação em suas mais variadas formas.

Nesse sentido sugere que deveria ser apoiada a mudança na lei de imprensa, proibindo propagandas que incentivem e divulguem a exploração sexual de crianças e adolescentes nos meios de comunicação de massa, internet e telefone.

São feitas também sugestões quanto à adoção de crianças e adolescentes por famílias estrangeiras, no sentido de acompanhar essas famílias, com o intuito de garantir que as crianças e adolescentes adotados tenham seus direitos respeitados.

A criança é
vista como um
objeto de
dominação ou
mercadoria

Os Conselhos Tutelares, segundo o estudo, deveriam ser implantados em todas as cidades brasileiras e fortalecidos onde já atuam, a fim de que possam efetuar as ações de monitoramento, controle e fiscalização de direitos da criança e do adolescente. Ressalta também que deveria ser ampliada a rede de delegacias especializadas na proteção à criança e ao adolescente e as varas privativas de crimes contra a infância e a juventude.

As recomendações englobam ainda as polícias estaduais, federais e rodoviárias, bem como o Ministério do Trabalho e Emprego, por compreender que a aplicação da lei torna-se inócua se o Estado não disponibilizar bons programas de apoio e encaminhamento das vítimas. Nesse sentido, segundo a análise apresentada pelo estudo, os atuais programas oficiais referentes à questão da criança e do adolescente atuam antes como ações compensatórias do que como partes de uma política nacional para o enfrentamento da questão.

Também é fundamental a designação de autoridades centrais para os três países com jurisdição na região de fronteira correspondente, em cumprimento ao previsto no art. 5º da Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, além da formulação de acordo trilateral, estabelecendo a articulação entre os operadores de direito da tríplice fronteira.

O Estudo da Capacidade Institucional

Com a finalidade de oferecer suporte à implantação do Programa de Ação voltado para a atenção direta a crianças e adolescentes resgatados da Exploração Sexual Comercial, realizou-se o estudo para conhecer e mapear a capacidade institucional existente em Foz do Iguaçu (governamental e não governamental), que possa ser articulada no enfrentamento ao problema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Identificaram-se ações diretas e indiretas, foram mapeados os programas que pudessem ser replicados, bem como foram elencadas as potencialidades e debilidades do Setor Público, a fim de poder tecer recomendações plausíveis para o estabelecimento de políticas públicas capazes de fazer frente à questão.

O estudo apontou que, numa iniciativa global de combate à exploração sexual infantil, a primeira recomendação a ser feita é com relação à necessidade de se desenvolver ações articuladas com organizações públicas e privadas, autoridades, Poder Judiciário e Ministério Público, no sentido de respaldar as ações locais que possam vir a ser desenvolvidas na atenção direta a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

De forma estrutural, recomendou-se a integração de todas as políticas públicas municipais, o que poderia ser feito a partir da elaboração de um plano de ação integrado entre as secretarias de governo, garantindo que este plano seja incorporado como política pública de caráter permanente.

Outra recomendação estratégica formulada diz respeito à necessidade de apoiar as instâncias que trabalham pelas garantias dos direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência. No caso de Foz do Iguaçu, seria importante trabalhar no sentido de fortalecer o Conselho Tutelar, inclusive investindo na capacitação dos conselheiros.

O estudo ofereceu também um diretório de organizações governamentais e não governamentais atuantes em Foz do Iguaçu, que está sendo disponibilizado através de um CD Institucional do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai.

O Seminário “A Exploração Sexual Comercial Infante Juvenil na Tríplice Fronteira (Argentina/Brasil/Paraguai)”

O objetivo desse seminário foi formular um acordo entre os países da tríplice fronteira no desenvolvimento de ações coordenadas e articuladas para a erradicação da exploração comercial infante-juvenil na região. Este

evento ocorreu no período de 1 a 3 de julho de 2002, na Ciudad del Este, Paraguai, e reuniu 150 pessoas vindas de Assunção, Brasília, Buenos Aires, Curitiba, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, representando 96 instituições de setores governamentais, ONGs, sindicatos, empresas, igrejas, clubes de serviços e outras agências das Nações Unidas. A partir da realização deste seminário, o programa foi ampliando na medida em que passou a integrar também a região fronteira Argentina.

Como resultado deste seminário, foi produzido um documento intitulado “Carta de Ciudad Del Este”, que destaca, ao mesmo tempo, a incidência do tráfico de crianças e adolescentes na fronteira tríplice e a possibilidade de integração existente entre esses três países devido ao fato de pertencerem ao Mercosul, o que redundou na facilidade de articular compromissos conjuntos e articulados para a resolução de problemas enfrentados.

A Carta chama atenção para o fato de que os três países citados são signatários da Convenção 182 da OIT Sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, que incluem a prostituição, e recomenda, portanto, que estes países estabeleçam um Acordo Trilateral que teve de ser examinado com urgência pelos representantes diplomáticos dos três países, orientando-os a que:

- intensifiquem o controle do fluxo de crianças e adolescentes em suas fronteiras;
- criem uma Comissão ou Equipe Multidisciplinar Intersetorial e Trilateral de Resgate de Crianças e Adolescentes, com apoio policial e jurídico local, estabelecendo normas e procedimentos de funcionamento; estabeleçam um fluxograma de comunicação entre as suas instituições competentes;
- disponibilizem um espaço físico das Aduanas para as equipes interdisciplinares vinculadas aos Conselhos Tutelares (Brasil), para as Consejerías Municipales por los Derechos Del Niño, la Niña y el Adolescente – CODENI (Paraguai) e organismo similar na Argentina;
- designem autoridades centrais com jurisdição na região de fronteira correspondente;
- criem programas especiais para treinamento e capacitação dos policiais dos três países sobre legislações nacionais e internacionais referentes aos direitos da criança e do adolescente;
- formem uma comissão de alto nível com juristas dos três países para que elaborem e apresentem aos respectivos Congressos Nacionais anteprojetos de harmonização de suas legislações sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, levando em consideração a necessidade de estabelecimento de novos tipos penais e agravamento dos já existentes;
- promovam a adequação normativa sobre a competência e as atribuições das autoridades de fronteira dos três países;
- reconheçam as atividades de regularização da documentação pessoal de crianças e adolescentes como atribuição dos Comitês Locais de Prevenção e Eliminação da exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes de cada país;
- incluam em seus orçamentos verbas destinadas ao combate e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; e
- articulem os operadores de direito dos três países.

Após a realização deste Seminário, e dando seguimento às ações já iniciadas pelo Programa Binacional (já Trilateral a estas alturas), os Comitês Locais de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu elaboraram e apresentaram planos de ação com vistas à formulação de um Plano de Ação Integrado para a Fronteira Brasil-Paraguai. Um primeiro exercício de conciliação destes planos dos Comitês Locais ressaltou as seguintes atividades que, certamente, deverão integrar um Plano Integrado:

- Realizar de campanha conjunta de divulgação da legislação de cada um dos países e respectivas recomendações para a harmonização legislativa;
- Elaborar uma Cartilha conjunta;

A “Carta de Ciudad Del Este” destaca a incidência do tráfico de crianças e adolescentes na fronteira tríplice

- Constituir um fórum permanente sobre exploração sexual comercial infanto-juvenil;
- Criar um sistema SOS da tríplice fronteira para atenção a crianças e adolescentes da Argentina, Brasil e Paraguai quando estejam fora de seus respectivos países;
- Estimular a participação dos consulados nos Comitês;
- Propor um projeto de lei obrigando a afixar nas recepções de hotéis, motéis, boates, bares, discotecas e casas noturnas a advertência: "A exploração sexual infanto-juvenil é um crime";
- Realizar reuniões conjuntas dos comitês dos distintos países com o objetivo de integrar ações e intercambiar informações;
- Confeccionar material de divulgação bilíngüe relativo às atividades de sensibilização (folder, cartazes, adesivos etc.);
- Realizar ação articulada com os setores de educação, enfatizando o protagonismo juvenil;
- Sensibilizar o setor comercial das cidades que integram a tríplice fronteira;
- Vincular as Universidades dos três países na criação e manutenção de banco de dados;
- Fortalecer e sensibilizar as comunidades educativas;
- Sensibilizar e negociar acordos com os meios de comunicação;
- Implementar projetos de formação da cidadania;
- Integrar os pais aos clubes de mães (criar instâncias específicas para sua participação);
- Sensibilizar o setor hoteleiro e turístico, sindicatos de transporte, cooperativas etc.;
- Inserir crianças e adolescentes em situação de prostituição em programas de apoio psico-social e de reinserção no sistema de ensino; e
- Promover a adoção no Paraguai e na Argentina do 18 de maio como o dia de luta contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil, conforme já praticado no Brasil.

Outras ações na pauta do dia

Além destas atividades já realizadas, o Programa Trilateral está trabalhando, por meio da realização de um estudo que ainda está em andamento, na identificação dos vazios legais para formular propostas de harmonização legislativa através de estudo com intuito de comparar a legislação existente no Brasil, Paraguai e Argentina.

Outro estudo que se encontra em fase de finalização diz respeito à viabilidade de implementação de um programa de capacitação de grupos populares em novas oportunidades de geração/melhoria de rendimentos em Foz do Iguaçu.

O objetivo neste caso é elaborar um conjunto de informações confiáveis no campo de serviços e produtos demandados na área de Foz do Iguaçu e arredores, bem como analisar os setores existentes e potenciais de inserção laboral de adolescentes que já estejam em idade de trabalhar. Deseja-se ainda analisar as possibilidades de capacitação em novas oportunidades de geração de renda para as famílias de origem das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial em Foz do Iguaçu.

Será elaborado, a partir do estudo, um documento descrevendo experiências de geração de renda e fortalecimento econômico dirigido a famílias pobres, contendo: a) inventário das diferentes metodologias para o fortalecimento econômico dessas famílias; b) análise de pontos positivos e negativos dessas experiências pesquisadas; c) inventário de tipos, características e requisitos de qualidade de serviços e produtos demandados por habitantes ou empresas da zona pesquisada; d) identificação das alternativas mais exitosas e dos fatores determinantes desse êxito; e) descrição das características e oportunidades do mercado local; f) inventário de lições aprendidas sobre capacitação laboral e experiências de microcréditos; g) propostas para capacitação e identificação de oportunidades de geração/melhoria de rendimentos para população-alvo do Programa; h) listagem de bibliografia e contatos de organizações e especialistas

no tema; i) apresentação da síntese dos resultados do estudo em Power Point, a fim de servir como material de capacitação para as agências executoras; e j) resumo executivo do estudo.

Além destes dois estudos, as ações do Programa Trilateral estão mobilizadas no sentido de garantir a continuidade e efetividade de diversas iniciativas que já estão sendo consolidadas, entre as quais:

- Criação de Comitês locais de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil em Ciudad Del Este (fevereiro de 2002), Foz do Iguaçu (março de 2002) e Puerto Iguazu (agosto de 2002).
- Constituição do Comitê Trinacional (agosto de 2002) integrado por representantes dos Comitês locais das três cidades;
- Formulação dos Planos de Ação dos Comitês Locais enfocando ações de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual
- Formação de agentes de prevenção da exploração sexual nas escolas;
- Constituição de equipes multisetoriais de monitoramento e inspeção dos lugares onde há denúncias de exploração sexual;
- Formulação de guias e manuais para diferentes setores;
- Campanhas de comunicação e sensibilização voltadas para segmentos chave: Turismo e Hotelaria, Transportes, Jornalismo, Educação, Policial.

Resta registrar a recente elaboração do Programa de Ação denominado “Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças (Meninos e Meninas) e Adolescentes em Foz do Iguaçu – Brasil”, que já está sendo implementado pela Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida (SCNSA) e terá duração de 22 meses (novembro de 2002 a agosto de 2004).

O espectro de ação desse programa será de amplo alcance, uma vez que o programa prevê como beneficiários diretos 300 crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial (220 meninas e 80 meninos) e 200 famílias de origem de crianças e adolescentes em situação de ESCI (que serão inseridas em programas de micro-empresendimentos). O grupo de beneficiários indiretos engloba 600 crianças e adolescentes irmãs de crianças e adolescentes em situação de ESCI e 15 entidades que trabalham na área de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

A estratégia do Programa será concretizada através de ações da Rede Local e do fortalecimento das estruturas existentes, sendo que para tal serão utilizados três Centros de Referências, quais sejam:

- Centro de Referência I: Sentinela 24 horas que faz a abordagem de rua, diagnóstico, atenção Jurídica, Encaminhamentos, Disque Denúncia.
- Centro de Referência II: Poliambulatório (Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida) – responsável pela a saúde integral dos adolescentes.
- Centro de Referência III: Projeto Redescobrir, que dá apoio educacional e psicossocial, e oferece atividades artístico-pedagógico-terapêuticas.

Quanto aos resultados esperados em função da implementação deste programa de ação, o Programa Trilateral elenca as seguintes situações :

- Crianças e adolescentes em situação de ESCI abordados por educadores ou identificados pelo Disque-Denúncia serão encorajados a buscar o Centro de Referência 1 “Sentinela 24h”;
- Crianças e adolescentes de ambos os sexos removidos das condições de ESCI serão recebidos no Centro de Referência Sentinela 24h e passarão por uma avaliação Bio-psico-social;
- Crianças e adolescentes removidos da ESCI receberão atenção educacional através do sistema de ensino formal ou de programas de educação alternativa;

A estratégia do Programa será concretizada através de ações da Rede Local

- Crianças e adolescentes em situação ESCI serão resgatados e incluídos em serviços de saúde (Centro 2) e motivadas a participarem de atividades artístico-terapêutico-educativas (Centro 3);
- 300 famílias das crianças beneficiárias receberão atenção terapêutica individual e grupal no Centro de Referência 3 – Arte Educação;
- 300 famílias das crianças beneficiárias receberão treinamento e capacitação para melhorar sua condição sócio-econômica com o projeto de renda mínima, outras oportunidades de inserção no mercado de trabalho ou em experiências de micro empreendimentos;
- 600 crianças irmãs de beneficiários deverão ser prevenidas de ingressar na ESCI.
- Será constituída uma Unidade Móvel de Prevenção à ESCI atuando nas comunidades de Foz do Iguaçu;
- Todas as escolas das áreas consideradas de risco no âmbito do projeto deverão participar de atividades de sensibilização através da Unidade Móvel;
- Todas as instituições públicas e privadas de Foz do Iguaçu, participando ativamente dos eventos programados para o dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Dados e informações sobre prevenção da ESCI e lições aprendidas sobre apoio às crianças e adolescentes exploradas sexualmente produzidos e disseminados nas áreas de intervenção do projeto.

Para atingir esses resultados esperados, o programa está desenvolvendo inúmeras atividades, dentre as quais podem ser destacadas a formulação de uma estratégia de abordagem de rua, a organização de mecanismos de recepção das crianças e adolescentes derivadas ao Centro de Referência Sentinela e o encaminhamento para os Centros de Referência II e III, a realização de treinamento com os educadores de rua e demais profissionais selecionados para atuar nos Centros de Referência I, II e III e a adaptação do Centro de Referência I (Sentinela), para o atendimento inicial das crianças e adolescentes em situação de ESCI, com espaços para acolhimento, banho, lanche e pernoite de emergência.

Além do mais, estão sendo realizadas capacitações direcionadas aos membros das equipes técnicas que atuam nas 15 instituições que compõem a rede local, com o intuito de fortalecer as ações e oferecer respaldo para a intervenção na problemática da ESCI, com base nas lições aprendidas no cotidiano profissional.

Merecem destaque a estratégia de abordagem de rua e os mecanismos de recepção das crianças e adolescentes

BREVE ANÁLISE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO IPEC/OIT

O Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil foi criado em 1991 e foi implantado no Brasil em junho de 1992 em um período favorável à realização dos seus objetivos, uma vez que, como exposto anteriormente, havia neste período uma significativa mobilização da sociedade, impulsionada por mudanças ocorridas em âmbito nacional e internacional que exigiam novos propósitos de ação política.

As orientações e o modo como a OIT implementou o IPEC no Brasil foram decisivas também para a legitimidade alcançada pelo Programa e, como decorrência disso, para a qualidade dos resultados alcançados.

Foi realizada, inicialmente, uma contextualização do trabalho infantil, compreendendo as condições estruturais do País, bem como o envolvimento da sociedade para o processo de mudança de atitudes em relação ao problema. A partir daí, buscou-se construir ações afirmativas no combate ao trabalho infantil que consideraram a diversidade dos meios e opções para enfrentar a questão na busca de integrar esforços para a sua erradicação. Destaca-se ainda, como fundamental, o caráter tripartite das ações do IPEC/OIT, que envolve, na mesa de negociações, governos, representantes de empregadores e de trabalhadores.

O envolvimento de atores diversos na busca de compreensão do problema para, a partir dessa compreensão, implementar ações que visem erradicar o problema no Brasil, mostrou-se profícua, pois permitiu o diálogo de setores da sociedade e do Governo, o que já representava uma forma de mobilizar esses setores para a gravidade desse problema.

Os programas de ação, estudos e pesquisas realizados com apoio técnico e financeiro do IPEC, na área de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil ao longo desses dez anos, permitiram um aprofundamento maior acerca da questão, proporcionando a elaboração de definições mais exatas sobre como se configura essa exploração, inclusive mapeando as rotas de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.

É também significativa a implementação de ações baseadas em estudos, no campo jurídico, permitindo a ação mais efetiva e fundamentada de organizações governamentais e não-governamentais.

Quanto à mobilização da sociedade, pode-se afirmar que com as diversas campanhas realizadas em âmbito nacional e, mais intensamente, nos estados diretamente afetados pelo problema, o IPEC promoveu um maior grau de conscientização da sociedade brasileira para questões como: o trabalho infantil, em qualquer uma das suas formas; a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; a responsabilidade do Governo na erradicação desse problema; o envolvimento da polícia militar; o tráfico de seres humanos, especialmente de mulheres, crianças e adolescentes; a pedofilia; o direito das crianças e adolescentes à saúde, educação, lazer e cultura e sobre as condições de vida da parcela mais empobrecida da população brasileira.

Há um número significativo de beneficiários nos planos de ação desenvolvidos, em diversas regiões do país. Merece destaque também o fato de que os planos previram e atenderam às famílias das crianças e adolescentes em situação de ESCI, desenvolvendo estratégias para que essas famílias pudessem ter uma maior conscientização da complexidade do problema enfrentado, evitando, assim, o retorno dessas crianças e adolescentes para as atividades de exploração sexual comercial.

A realização de pesquisas e estudos pôde começar a suprir uma lacuna existente no Brasil sobre a compreensão da extensão e complexidade dessa problema. E esse é não só um primeiro passo, mas uma etapa muito importante para que possam ser propostas políticas de intervenção com maior capacidade de erradicar de forma plena o problema do trabalho infantil em suas piores formas.

Entre as campanhas, merece destaque a promovida pela EMBRATUR a partir da experiência do CEDECA-BA, a fim de combater o “turismo sexual” em todos os estados brasileiros, mas especialmente em estados do Nordeste mais afetados por esse problema, como Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O alcance dessa campanha é imenso, envolvendo a todos que estão direta ou indiretamente ligados à questão.

As ações desenvolvidas em Mato Grosso tiveram amplo alcance e também agregaram um importante componente no combate às formas de exploração de crianças e adolescentes: a participação de professores da Universidade Federal de Mato Grosso. A busca pela solução dos problemas passa pela formação de profissionais que irão, no futuro, atuar na área, e também, necessariamente, pelo aprofundamento da compreensão de todas as suas variantes. Essa compreensão exige, assim, um conhecimento especializado que possa atuar em conjunto com outros setores da universidade, rompendo com a separação histórica entre pesquisa e ação.

O combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não é um problema exclusivamente brasileiro e tampouco poderá ser enfrentado sem a busca de parcerias com outros países. Portanto, é significativo o volume e a qualidade das ações, estudos e pesquisas desenvolvidas pelo programa de parceria Brasil-Paraguai que, a partir do seminário de julho de 2002 em Ciudad Del Este, incorporou também a Argentina.

As áreas de fronteira constituem-se como *lócus* privilegiado para a existência de problemas referentes à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, especialmente a tríplice fronteira. Neste sentido as

O modo como
o IPEC foi
implantado no
Brasil foi
decisivo para
a legitimidade
do Programa e
a qualidade
dos resultados

ações implementadas pelo IPEC/OIT tiveram um amplo alcance e continuam expandido-se a partir das ações até aqui implementadas.

Vale ressaltar que o Programa desenvolvido na região fronteira engloba os eixos previstos no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual em vigor no Brasil desde 2000, constituindo-se em uma experiência piloto que demonstra a viabilidade no estabelecimento de ações integrais em parcerias com instituições governamentais e não governamentais, formando efetivamente uma rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de Exploração Sexual.

Sendo assim, a atuação do IPEC está, portanto, vinculada à construção de uma rede de articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com crianças e adolescentes. O IPEC/OIT, ao longo desses dez anos de atuação no Brasil, tem contribuído de forma significativa para a formulação de programas de reabilitação e prevenção e na capacitação de profissionais para o trabalho na comunidade, escola e famílias e para a elaboração de políticas públicas que busquem a erradicação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos do IPEC dos programas de ação citados

Agreements

Documentos de projeto

Planos de trabalho

Relatórios de reuniões de articulação interinstitucional

Relatórios de acompanhamento

Relatórios de Pesquisas (Relatório final de pesquisa PROSOL/OIT/UFMT)

Relatórios Parciais e Finais

Avaliação do Projeto de pesquisa Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado de Mato Grosso

Informes de missão

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre exploração sexual

Ficha Diagnóstica (Governo do Estado do Mato Grosso / CEDECA)

Projeto Menina Esperança - Perfil de trabalho BICE/OIT

Projeto de pesquisa Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado de Mato Grosso

Visão Estratégica e Programa de Governo (Dante de Oliveira - 1998)

Publicações

CECRIA. Relatório do Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças Adolescentes - BSB, 1996.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. "As ONGs no Enfrentamento da Exploração, Abuso Sexual e maus Tratos de Crianças e Adolescentes - pós 1993". In: <http://www.cecria.org.br/banco>.

